

MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal
ACTA N.º 4

Segunda Sessão Extraordinária

1.ª Reunião de 25-02-2002

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e dois, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, António Fernando Ribeiro Martins, Paulo Teixeira de Jesus, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Rui Manuel Pereira da Costa, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Maria da Conceição Seixas Almeida, Vítor Manuel Santos Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Fernando Vieira Ferreira, Jorge Manuel do Nascimento e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Marília Fernandes Correia Martins, Ângelo Pereira Pires, Joaquim Manuel Silva Marques, Domingos José Barreto Cerqueira e Luís Miguel Capão Filipe.

A Vereadora Lusitana Maria Galdes da Fonseca entrou na sala às 20:00 horas.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 79.º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 da substituição nesta reunião, do Vogal José da Cruz Costa pelo cidadão António Fernando Ribeiro Martins, em virtude do elemento que se segue na lista (Nuno Rosa da Silva Barata) não poder estar presente. Informou

ainda da substituição do Vogal Henrique Manuel Morais Diz, que tem mandato suspenso, pelo Vogal Rui Manuel Pereira Costa.

Continuando, deu conhecimento da suspensão do mandato do vogal Jaime Simões Borges, nos termos do artigo 77.º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 para o período compreendido entre 25 de Fevereiro de 2002 e 25 de Agosto de 2002, sendo substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista partidária, Paulo Teixeira de Jesus.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Deu ainda conhecimento de um abaixo assinado, com cerca de duzentas assinaturas, relativo à passadeira para peões existente junto à passagem inferior da Sé, pedindo a colocação de lombas limitadoras de velocidade.

(Deram entrada na sala os Vogais António dos Santos Costa e Pedro Ricardo Oliveira Cardoso)

Continuando o presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária, cujos pontos se transcrevem:

Ponto n.º 1 – Aprovação da lista dos cidadãos designados pela Assembleia Municipal para os seguintes órgãos:

- a) Conselho Municipal de Segurança de Aveiro;**
- b) Comissão de Protecção de Menores de Aveiro;**
- c) Comissão Local de Acompanhamento do “Programa POLIS”;**

Ponto n.º 2 – Empréstimo bancário para financiamento do novo estádio Municipal (EURO 2004) – aprovação da operação de financiamento.

Ponto n.º 3 – Regulamento de Taxas, Licenças e Autorizações Urbanísticas do Município de Aveiro – Discussão e Aprovação.

-

PONTO N.º 1 – APROVAÇÃO DA LISTA DOS CIDADÃOS DESIGNADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS SEGUINTEs ÓRGÃOS:

De seguida o Presidente da Mesa deu início à eleição, por escrutínio secreto, das listas dos cidadãos designados pela Assembleia Municipal, entretanto consensualizadas pelos líderes de bancada e entregues à Mesa. Efectuadas as operações para a eleição por escrutínio secreto, verificaram-se os seguintes resultados:

- a) Conselho Municipal de Segurança de Aveiro**

Hélder Castanheira Santos Rodrigues

João Gonçalves
Paulo Neto da Silveira Brandão
Rui José Gomes de Brito
José Carlos Albuquerque Pinto
Paulo Jorge Silva Pereira
António Alberto Vieira Cura
Gonçalo Nuno Caetano Alves
Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno
Amândio Dinis Ferreira Canha
Rosa Maria Simões Correia Gadanho

Deram entrada na urna trinta e três votos:

Votos a favor: 28

Votos contra: 0

Votos abstenções: 3

Votos nulos: 2

b) Comissão de Protecção de Menores de Aveiro

Luísa Cristina Freire Martins
Anabela Valente Dias de Carvalho
Maria Emília Neves Carvalho Silva Rocha
Ana Pedro da Silva Justiça Pereira Peres

Deram entrada na urna trinta e três votos:

Votos a favor: 30

Votos contra: 1

Votos abstenções: 2

Votos nulos: 0

c) Comissão Local de Acompanhamento do “Programa POLIS”

Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão
Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros
Diogo Manuel Santos Soares Machado
António Manuel Santos Salavessa
Élio Manuel Delgado da Maia

Deram entrada na urna trinta e três votos:

Votos a favor: 30

Votos contra: 2

Votos abstenções: 1

Votos nulos: 0

Concluído o escrutínio, o Presidente da Mesa da Mesa informou o plenário do resultado da votação e deu como aprovadas as listas submetidas a sufrágio, dos cidadãos representantes da Assembleia Municipal de Aveiro, no Conselho Municipal de Segurança de Aveiro, Comissão de

Protecção de Menores e Comissão Local de Acompanhamento do Programa Polis.
Usou da palavra a Vogal:

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD):

“Gostaria de dizer que confiei no consenso entre os líderes das bancadas e esperava que houvesse unanimidade na votação, e estranho que tenha havido votos contra”.

(Deram entrada na sala os Vogais Armando Manuel Dinis Vieira e Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga).

PONTO N.º 2 – EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO DO NOVO ESTÁDIO MUNICIPAL (EURO 2004) – APROVAÇÃO DA OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 15/02/2000, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação deste assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto da ordem de trabalhos:

Membros da Assembleia:

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

A

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

(entrou na sala o Vogal Diogo Manuel Santos Soares Machado)

Vogal Vítor Marques (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Queríamos reiterar que de facto sendo o Estádio um desígnio nacional ninguém o põe em causa. E portanto, independentemente de posições pessoais a favor ou contra a realização do Euro em Portugal, todos estamos nesse mesmo barco e portanto queremos contribuir para o cumprimento atempado e honrado dos compromissos daí decorrentes.

Portanto, parece-nos de facto sustentável o pedido de empréstimo. Há no entanto algumas questões e algumas dúvidas metódicas que gostaríamos de ver respondidas se fosse possível, e a intervenção vai nesse sentido senhor presidente.

Primeira: porquê a entidade contratante ser a Câmara Municipal de Aveiro? Isto é, qual é o papel, qual é a função, nomeadamente da EMA, já não digo do PDA, que me parece que tem uma função mais abrangente e mais globalizante, mas nomeadamente da EMA? Porque é que não é a

Empresa Municipal de Estádio a contratar esse empréstimo, aliviando assim o endividamento da câmara e os encargos financeiros daí necessariamente decorrentes?

Qual é portanto, o papel da EMA, se não poderia ser ela a contratar este empréstimo e outros que se seguirão e que são necessários? Se é uma empresa que só vai gerir as receitas e gerir o património? Enfim é uma empresa apetecível. Se também vai acarretar com as despesas e não só com as receitas?

A segunda questão é de facto quanto à capacidade de endividamento da Câmara, no seu aspecto legal e formal? Mas a nós preocupa-nos, o senhor presidente disse de 28%, neste momento está absorvida a 28%, o que é muito bom de facto, mas a questão que se coloca para um gestor mais comum como eu será esta: se de facto hoje a câmara fosse intimada a liquidar todo o seu passivo, qual é o montante desse passivo? Isto é, os “leasings”, os “factorings” que existem como é óbvio, as moras e os juros, hipotecas e garantias, e portanto, o que sobra da capacidade de endividamento, serviria e será suficiente para que ficássemos a zero?

Depois um outro factor que nos parece estranho, é a ausência da entidade – Caixa Geral de Depósitos, como concorrente a este empréstimo. Porque sempre respondeu (pelo menos foi isso que transpareceu) atempadamente e com condições muito vantajosas a todas as solicitações que a câmara lhe fez até hoje. Porquê estar agora completamente ausente? Será isto um sintoma de não acreditar na Câmara? Será um sintoma, de que a câmara está descontente com a prestação do serviço da Caixa? Parece-me que seria um banco quase imbatível em operações desta natureza! Se calhar não é, e portanto, fica também a questão.

Depois gostaríamos finalmente de apelar para duas questões: primeiro, reiterar e pedir ao senhor presidente, que de facto acreditamos na promessa que fez, piamente. Eu acredito a 100% na promessa que fez, de que de facto o Euro e os valores que vamos encaminhar para aí não vão hipotecar de facto o futuro da cidade de Aveiro. Eu quero dizer-lhe muito claramente que acredito na capacidade de o fazer, mas começo a ficar preocupado e comungo portanto da preocupação expressa também pelo senhor deputado Armando Vieira na última sessão, onde dizia exactamente isto “que o Euro venha, que seja totalmente prestigiante para Aveiro, mas que não hipoteque outras realizações”, e aliás já foi hoje aqui também reafirmado. Não me refiro especificamente às freguesias ou não freguesias, porque penso que isso também já é um debate mais ou menos ultrapassado.

E finalmente uma outra dúvida e uma outra questão que é: se efectivamente a entidade competente para fazer este financiamento e este empréstimo, é a Câmara Municipal de Aveiro e não é a EMA, se devesse ser essa empresa municipal do estádio, não será isto um empréstimo encapotado à tesouraria da Câmara, isto é, momentaneamente para socorrer a Câmara e depois a Câmara terá que responder daqui a alguns meses perante a EMA e devolver esse dinheiro? Portanto eram estas questões. Muito obrigado”.

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

(entrou na sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Em primeiro lugar gostaria de me reportar à convocatória para esta sessão extraordinária e também se quiserem à convocatória para a próxima reunião ordinária. Gostaria de questionar a Mesa ou pelo menos interpelar a Mesa, para que na descrição dos pontos, deixem de aparecer por exemplo: “ponto n.º 3 - Regulamento de Taxas, Licenças e Autorizações Urbanísticas do Município de Aveiro – Discussão e aprovação”; “Empréstimo bancário para financiamento do novo estádio Municipal (EURO 2004) – aprovação da operação de financiamento”, é apenas uma interpelação à Mesa, para que pelo menos substitua aqui o “aprovação”, por discussão e votação. Votação que depois logo se verá qual é...”

Presidente da Mesa:

“A sua observação tem toda a pertinência e já me senti confrontado com esse problema. Mas é tradicional que seja assim redigido e é assim que bem da Câmara. Já pensei nisso, mas vou pensar melhor.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Em relação a este empréstimo e a tudo o que ele representa. Quanto às questões técnicas, grande parte delas já aqui foram trazidas, abordadas e questionadas e portanto, não irei por aí. O que está aqui sobretudo em cima da Mesa, é à partida e desde que este assunto começou a ser discutido nesta Assembleia no mandato anterior, é uma questão política. É uma questão de opção política e uma questão de opção política a seu tempo assumida por esta Assembleia também.

Obviamente que quando se embarca num navio ou quando se embarca para uma viagem de navio, obviamente que se espera sempre que tudo corra bem. Obviamente que quando se embarca e sobretudo quando se embarca num navio como esta Assembleia embarcou neste navio, no mandato anterior, obviamente que nada estava definido, nada estava concretizado, nada estava no papel, a não ser a celebre conta dos seis milhões de contos de que estão recordados não estão? Portanto, nada se sabia de concreto sobre este projecto, sobre este investimento. Obviamente que já na altura, e também nesta Assembleia diversos membros desta mesma Assembleia, disseram que não acreditavam que a construção do estádio se resumisse aos seis milhões de contos. Obviamente que os que disseram tinham razão! E a prova está, em que o custo do estádio não é seis, porque os seis milhões de contos, como o senhor presidente da câmara fez questão de repetir a saciedade durante a campanha, porque os seis eram contas em cima do joelho feitas pela UEFA, que até induziram em erro a Câmara de Aveiro, mas são doze! Doze virgula quatro milhões de contos, segundo as contas que a Câmara de Aveiro e a EMA gentilmente nos disponibilizaram em reunião para o efeito, da comissão do Euro 2004 na passada 6.ª feira – 12,4 milhões de contos. Isto leva-nos a concluir em primeiro lugar que o

estádio municipal de Aveiro para o Euro 2004, foi o estádio que mais derrapou (sei que o senhor presidente não gosta deste termo), a nível nacional. Seis milhões de contos ... não há outro! Diga-me outro que tenha derrapado assim. Obviamente também que no role das lamentações ou no muro das lamentações, poderemos todos encostar a testa e dizer que o estado não é pessoa de bem. Que o estado não tem efectivamente caixas de multibanco ao dispor dos senhores presidentes da câmara, que o estado efectivamente disse que dava 25% e dá 25%, mas 25% de quê? E aqui é que é a minha primeira grande dúvida. A Câmara de Aveiro, todos nós sabemos que pretende ser e é, pessoa de bem. A Câmara de Aveiro assumiu publicamente agora, que o estádio vai custar 12,4 milhões de contos, a Câmara de Aveiro assume também que o estado vai contribuir com 25% sobre um orçamento ou sobre uma orçamentação inicial fantasmagórica, virtual, de seis milhões de contos, creio eu que a duzentos e cinquenta contos por lugar, não é senhor presidente da câmara?? Qualquer coisas assim. Ou seja, das duas uma: há aqui alguém que não é pessoa de bem, porque se o orçamento ou se o estádio vai custar o que vai custar, os 25% que o estado socialista deveria equacionar seriam 25% sobre 12 milhões de contos, obviamente seriam 3 milhões de contos e não 25% sobre 6 milhões de contos. Isto são contas vulgares de “Lineu”, que qualquer leigo como eu consegue fazer e que à partida se fossem cumpridas, se fossem respeitadas e se o estado se mostrasse efectivamente pessoa de bem para com as autarquias, era por aqui que o estado tinha que ir e não inventar contratos de programa de ultima hora, para algumas acessibilidades porque outras ficam de fora, etc., etc. Há ministros, como o Ministro Lello, que efectivamente a única coisa que trouxeram à área governativa, sobretudo quando é ministro do desporto, é uma radicalidade, uma intolerância e um fechar de portas a um diálogo com as autarquias, que eu acho que não tem sido suficientemente denunciado pelos presidentes das câmaras municipais. E portanto, senhor presidente, em primeiro lugar, o estado tem, pode e deve ser pressionado por todos nós, para que a participação seja pelo menos os 25% daquilo que é o previsto gastar-se no estádio.

Em segundo lugar, senhor presidente, também politicamente assumimos esta opção, mas também politicamente creio eu, que poderia ter havido da parte da Câmara Municipal de Aveiro, não só na sessão de câmara onde este plano foi apresentado, como também aqui perante esta Assembleia, uma outra forma de agir. Vejo o Dr. Miguel Lemos Administrador da EMA sentado na assistência e porque não, para além da agradável presença do Dr. Miguel Lemos sentado na assistência, porque não o plano plurianual de investimentos da EMA distribuído a esta Assembleia. Porque não? Creio que era um documento básico para que todos nós, para uma correcta apreciação e análise deste ponto da ordem de trabalhos. Até porque nesse plano plurianual de investimentos, como eu sei – porque vi de fugida na reunião da comissão, está o “timing” de encaixe de capital da EMA, das transferências de capital da Câmara de Aveiro para a EMA, das eventuais parcerias, etc., etc. Não temos nada disso aqui e penso que a câmara poderia e deveria ter distribuído a esta Assembleia tal documento. Era, digo eu e repito, fundamental que pudéssemos contrapor aquilo que a câmara vem pedir à análise e às perspectivas da EMA, vertidas neste plano plurianual de investimentos. Não temos!

Depois gostava também de dizer, que passo o elevado mérito de quem certamente dirige a EMA, é relativamente agradável gerir empresas assim não é? São empresas que só têm activos, que não têm passivos e que quando precisam de injeções de capital as têm; que definem o seu próprio “timing”, que a correr solicitam à câmara “é preciso uma injeção de capital para tantos milhares de contos ou tantos milhões de contos, senão o empreiteiro para a obra”, e a câmara vem a correr e convoca uma assembleia extraordinária a dois dias da já convocada também assembleia ordinária, exclusivamente para discutir um empréstimo bancário (e não só). Adiante se verá. É mais fácil ou menos difícil, concordará comigo senhor presidente da câmara, gerir uma empresa assim, que só tem activos. A responsabilidade diminui, a responsabilidade está toda nas costas da câmara. E por estar toda nas costas da câmara, isto conduz-nos ao terceiro ponto, que o Sr. Salavessa já aflorou e que eu gostava de continuar a aflorar, que é: porquê ser a Câmara Municipal de Aveiro, nesta altura, estando a EMA habilitada a contrair este empréstimo, legalmente, porquê a Câmara Municipal de Aveiro? E porquê através da Câmara Municipal de Aveiro?

Claramente tem de ser dita “toda a verdade”, passe o termo televisivo, mas tem de ser dita toda a verdade, nem que seja preciso para isso aqui fazer-se uma hora extra. Ou seja, é impreterível que o senhor presidente da câmara diga aqui e hoje, qual o destino que vai dar a este milhão e meio de contos? Porquê? E como? Dizendo que tem esta obra, aquela obra, ou parte desta obra, parte daquela obra, e parte da outra obra a pagar imediatamente, ao fornecedor ou empreiteiro X, Y ou Z, e que por isso precisa de um milhão e não sei quantos mil contos. Certo?

Obviamente que todos teremos que concluir que a soma destes pagamentos que têm que se fazer já para que a obra não pare, tem que ser igual ao pedido de empréstimo que a câmara aqui trás. Isto é líquido e linear para nós. Porque se não for, obviamente que estaremos perante uma situação em que para além da câmara tentar fazer com que a obra não pare, está também a tentar fazer com que a câmara não pare, ou seja, está com esta cajadada a matar os dois coelhos que todos nós suspeitamos efectivamente que é o que está a acontecer: reforçar a tesouraria por um lado, obviamente que por outro, injectar capital na EMA, que bem precisada deve estar nesta altura.

Contudo gostaria de saber onde é que a EMA já gastou o dinheiro que a câmara para lá já transferiu como forma de suprimento? Onde?

Depois, senhor presidente, e para terminar é evidente e isto já aqui foi dito por duas ou três pessoas; é evidente que o senhor tem o dom de transformar operações delicadas, em operações de alta engenharia financeira e conseguir acima de tudo acenar sempre com bandeira de que a capacidade de endividamento até baixa. Vamos deixar a conversa da capacidade de endividamento para ao plano de actividades, não vale a pena falar disso agora, até porque é de outro assunto que aqui se trata. (Mas já lhe vou dizendo que a propósito do plano de actividades, senhor presidente, que é como o senhor diz, o primeiro plurianual, aquele calendário de cobertura financeira que o senhor presidente explicou à comissão do Euro 2004, para o investimento do estádio, não está traduzido para além de dois mil e dois – parece-me!! E portanto, é plurianual em algumas coisas, é pouco plurianual noutras, se calhar porque

efectivamente também aí não há a certeza sequer de que esta cobertura financeira seja aquela que efectivamente vai estar no terreno).

Terminava dizendo o seguinte, senhor presidente, é fundamental que saibamos em primeiro lugar que isto foi, este projecto do Euro 2004, foi uma aposta de todos. Foi sem duvida nenhuma! Todos estivemos unidos nisto.

Não é desta forma já, aquela aposta que todos fizemos, porque há claramente aqui, senhor presidente, situações menos claras situações menos nítidas, situações menos transparentes que o senhor presidente ainda não explicou a esta Assembleia. Precisamos claramente que o senhor presidente aqui ponha tudo a limpo, ponha tudo às claras e seja totalmente transparente naquilo que diz respeito a estes financiamentos da EMA, até porque a estes financiamentos da EMA seguir-se-ão outros; e seguir-se-ão outros também na empresa do Parque Desportivo de Aveiro, e afinal de contas nós temos duas empresas, como eu dizia há pouco, apenas gerem activos, a câmara faz os suprimentos e faz os investimentos que já estão alguns deles, transcritos no plano de actividades e orçamento, e agora não sabemos sequer, nós vogais desta Assembleia, onde é que começa a liberdade de uma das empresas e acaba a da outra, ou seja, o que é que uma faz e a outra deixa de fazer. Ou seja, porque é que é a EMA que vai buscar parcerias, e porque é que não está a PDA já no terreno à procura de parcerias efectivamente valiosas, efectivamente que aportem aquilo que o estádio deveria ter na sua base de sustentação que é investimento privado. Investimento privado! Investimento privado! Ao contrario de investimento publico, investimento publico, investimento publico. Isto é para nós linear.

E depois senhor presidente, termino, só dizendo que achei de muito mau gosto, que o senhor entendesse haver necessidade de convocar uma assembleia extraordinária, para discutir o empréstimo bancário de financiamento imediato do estádio ou da EMA ou da tesouraria da câmara. Encantado da vida vamos para essa assembleia extraordinária, agora achei efectivamente de muito mau gosto, a dois dias da Assembleia Ordinária de Fevereiro, o senhor presidente incluir nesta convocatória, o regulamento de taxas licenças e alterações urbanísticas do município de Aveiro. O novo regulamento!

E digo-lhe porquê, senhor presidente: nós em campanha dissemos bastas vezes que efectivamente iam ser os munícipes de Aveiro a pagar estes investimentos e as pessoas não acreditaram. A prova está aqui.

A relação mais directa que esta, não pode existir. A prova está aqui, e esta é a primeira das provas. Seguir-se-á a contribuição autárquica, estou certo, para o valor máximo de 1.3, que nós conseguimos impedir durante o mandato anterior e que estou certo que não vamos conseguir agora.

Agora, diga-me senhor presidente, se é ou não é uma relação directa? E isto era preciso que os aveirenses comesçassem a entender. É que vem pedir-se um empréstimo para a construção do estádio e termina-se a ordem de trabalhos com o aumento das taxas, licenças e autorizações urbanísticas, neste concelho – porque é de um aumento que trata este regulamento, e em muitos casos de um aumento significativo e substancial.

Era só isto que eu dizia por agora, guardava-me para os esclarecimentos do senhor Presidente

da Câmara. Muito obrigado”.

Concluída a intervenção do Vogal, o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para o jantar. Eram 20:15 horas.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, António Fernando Ribeiro Martins, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes de Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Rui Manuel Pereira da Costa, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Armando Manuel Dinis Vieira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Maria da Conceição Seixas Almeida, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Fernando Vieira Ferreira e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Ângelo Pereira Pires, Joaquim Manuel Silva Marques, Domingos José Barreto Cerqueira e Luís Miguel Capão Filipe.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu continuidade à discussão do ponto em apreço — Empréstimo bancário para financiamento do novo Estádio Municipal (EURO 2004) – aprovação da operação de financiamento.

Membros da Assembleia:

Vogal Liz Silva (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

(entrou na sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Senhor Salavessa, desculpe o abuso, mas interpretando a sua intervenção, poderemos nós concluir que o que quis dizer a esta Assembleia, seria que a EMA para financiamento imediato daquilo que é o andamento normal dos trabalhos, precisaria apenas de quinhentos mil contos, como previamente contratualizado com o banco que se propõe a receber a adjudicação deste empréstimo? É porque se quis dizer isso, então claramente há um milhão de contos que terá outro destino? Gostava só que focalizasse.”

Vogal António Salavessa (PCP):

“Eu não quis dizer nada, eu quero é que o Presidente diga...”

Presidente da Mesa

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

B

Membros da Assembleia:

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Vogal Maria das Dores Topete (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Senhor Presidente, peço desculpa, mas não me considero esclarecido nas questões fundamentais que aqui levantei, e que aliás foram depois levantadas por outros membros desta Assembleia.

Eu designaria este projecto, e a mim faz-me uma confusão, como é que nós fomos capazes efectivamente e penitencio-me, como é que fomos capazes de entrar no mesmo navio que a câmara com tanta ligeireza. É que fundamentalmente aquilo que aqui foi dito nos esclarecimentos do senhor presidente da câmara, é que em primeiro, isto é um projecto reactivo por parte da câmara municipal; quando hoje em dia as empresas, todas elas apostam em dois vectores essenciais que é a qualidade e a pro-actividade, o senhor presidente aqui nos explicou como é que se gere um projecto reagindo, e reagindo sucessivamente a erros de outros, nunca

câmara municipal. Ou seja, duzentos contos por lugar, a culpa não é da câmara meus senhores, a culpa é da UEFA e do governo, que enganaram a câmara. Coitadinha da câmara que não é capaz de prever que se calhar as coisas não são bem assim, e dizer: alto, que se calhar duzentos contos não chega! Isto eu chamo reactividade, não é. Reagiu-se! Houve um erro; afinal de contas a câmara de Aveiro adjudicou por oito vírgula sete milhões de contos. A talhe de foice, o senhor presidente diz que efectivamente, outros: Coimbra, Braga, Leiria – primeiras adjudicações, por valores bastante superiores as duzentos ou duzentos e cinquenta contos por lugar. Não sei quantos lugares vão ter cada estádio desses, também não disse e também não sei o que é essa questão da “primeira adjudicação”. Porque o senhor presidente, em relação ao Estádio de Aveiro, nunca falou em primeira adjudicação; não sei o que é isso! Quer dizer estamos a comparar coisas que nós nesta assembleia municipal nunca comparámos, porque nunca ouvimos falar. Quer dizer, a cada passo reactivo deste processo, são aduzidos novos argumentos, tal qual este brilhante da primeira adjudicação. Explique-me por favor senhor presidente, o que é isto da primeira adjudicação? Em Braga e em Coimbra... porquê? Aveiro não teve primeira adjudicação!

Depois o Senhor Presidente diz que, também reagindo, obviamente esta coisa correu mal; de seis milhões passámos para oito vírgula sete, e depois com tudo à mistura e tal e não sei o quê, lá vamos aos doze milhões de contos números redondos. Efectivamente correu mal em relação aos seis e agora o senhor presidente diz: sim senhor! Nós câmara temos, devemos fazer um esforço de recuperação das nossas finanças, o senhor presidente diz que temos que “sanear” as nossas finanças e melhorá-las significativamente e ao mesmo tempo que diz, temos que sanear as finanças e melhora-las significativamente, assume que estamos perante algo que não é uma derrapagem, pame-se – não é uma derrapagem! O valor para o qual a câmara se abalançou na construção do estádio, são seis milhões de contos! E agora diz-se que são doze e diz-se que não há derrapagem! Desculpem, mas há coisas que não são entendíveis. Que se assuma que há derrapagem senhor presidente. Que se assuma! Porque se o senhor parte para um projecto de construção de um estádio com base em duzentos contos por lugar, para construir trinta mil lugares, o projecto custa seis milhões de contos, não custa doze. E se agora custa doze, é o dobro! E isto o que é senão uma derrapagem?! É que não há quanto a nós aqui assembleia, nenhuma espécie de dúvida. Até porque o que nós autorizámos nesta câmara foram seis milhões de contos, foi o que a câmara aqui pediu. Autorização para construir um estádio no valor de seis milhões de contos, recordem-se os que cá estavam. E agora temos que dar autorização à câmara, em nome de uma solidariedade institucional e social até, para investir doze milhões de contos num estádio. E se não dermos ainda somos recriminados por tal, que não somos aveirenses.

E depois diz o senhor presidente: temos de dar o exemplo, e temos que fazer a contenção das despesas. Pois diz e diz muito bem, a começar por exemplo que deu na reunião depois da penúltima (da câmara), na questão do estatuto remuneratório dos elementos da Administração da EMA, que por excelentes e brilhantes serviços prestados ao município foram de cruz; tão bons serviços que prestam vamos aumentá-los cem contos – textualmente! Contenção de

despesas. E também deu outro exemplo brilhante de contenção de despesas: na futura entidade gestora do teatro aveirense, quando queremos conter despesas, o senhor presidente apresenta-nos um regulamento de taxas e licenças, altamente gravoso para o município, apresenta-nos um estádio que passa de seis para doze milhões de contos, apresenta-nos com dois administradores do Teatro Aveirense a ganharem seiscentos contos por mês cada um. Epá, isto é contenção de despesas! E temos que sanear as nossas finanças e temos que endireitar a imagem da câmara no que toca aos pagamentos. Isto é contenção de despesas.

E terminava dizendo só senhor presidente, que o senhor presidente diz aqui que vai tentar vender os quatro milhões de contos de terrenos; eu não disse na minha primeira intervenção, pensei que estava subentendido, mas não estava certamente por erro meu. Mas quis dizer senhor presidente, que o senhor presidente vender terrenos para financiar a construção do estádio a quatro quilómetros ou cinco quilómetros desse mesmo estádio, que nos parece a nós CDS/PP, uma má política, porque o nosso estádio teria, até pelo enquadramento de empresas municipais criado à volta do projecto do Parque Desportivo de Aveiro e do Estádio, teria que ter toda a viabilidade para sobreviver, para viver e para vingar por ele só, e por ele próprio. E isto, o senhor presidente não esconde que foi incapaz de promover. Não me interessa se reúne com os senhores dos cavalos de Estarreja; se reúne com os senhores do golfe do Algarve ou da Quinta do Lago ou da Quinta da Marinha; não me interessa se reúne com o “Pestana” dos hotéis da Madeira, não me interessa nada disso! Interessa-me saber agora que a câmara vai ter que suportar 12 milhões de contos em vez de 6. Interessa-me saber agora que já temos no próximo plano de actividades que vamos discutir na quarta feira, um milhão de euros para aquisição de terrenos para a PDA, o que quer dizer que a PDA por si só não foi capaz de prover aquele que foi o seu objectivo fundamental e principal quando aqui também foi aprovada, ou seja, financiar o estádio – temos que ser claros, porque a câmara não conseguiu os terrenos para a PDA. Porque só neste próximo plano de actividades é que temos verbas de suprimentos para a PDA, para a aquisição de terrenos. Esta é que é a verdade! Ou seja, mais uma vez se prova que isto é um projecto reactivo, muito menos que um projecto pró-activo. A câmara tapa buraco, em cima de tapar buraco.

E para terminar, senhor presidente, se a EMA de alguma forma estava já autorizada pelo Banco Totta a contrair, ou a obrigar-se numa operação financeira, em que se financiava numa verba de quinhentos mil contos aproximadamente, para que a obra não pare, presumo eu, que o objectivo da EMA com os quinhentos mil contos, é o mesmo da câmara. Por isso, explique-nos senhor presidente da câmara porque motivo é que semanas depois a câmara de Aveiro entende que afinal a EMA precisa de um milhão e meio?? Das duas, uma, ou a EMA não fez as contas bem feitas; ou nós não sabemos tudo; ou efectivamente a necessidade real é um milhão e meio, e porque é que se pediu quinhentos mil? Ou então – argumento final, será que a EMA não tem credibilidade junto das instituições bancárias para conseguir ir além desse valor dos quinhentos mil contos? Se calhar é isso! E não há vergonha nenhuma em dizer, é uma empresa recente, é obvio que a margem de risco de uma entidade bancária a negociar com a EMA é diferente da margem de risco a negociar com a câmara, é obvio tudo isso! Agora é preciso é dizerem-se as

coisas, e assumirem-se. Porque se estamos todos no mesmo barco, estamos para o bem e estamos para o mal. Se temos que ser solidários, temos que ser solidários no bem e temos que ser solidários no mal, e o Dr. Candal tem razão quando diz: “haja o mínimo de solidariedade”, mas só pode haver o mínimo de solidariedade, quando da sua parte, senhor presidente da câmara houver o máximo de frontalidade – nem é o mínimo, é o máximo de frontalidade e de honestidade para com esta Assembleia. Muito obrigado”.

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Eu estou aqui a passar um relance sobre uma acta de uma reunião de câmara, na qual consta que em resposta a uma intervenção do Dr. Capão Filipe, o senhor presidente afirmou, e portanto eu penso que isto é verdade, que consta do texto desta acta, que “a câmara está a contar com a venda de terrenos do Parque Desportivo de Aveiro, para afectação a construção urbana”. Então eu pergunto: esses terrenos são actualmente da câmara? São terrenos que vão ser objecto de expropriação? Ou como é que é, senhor presidente? É que se forem terrenos já da câmara, penso que pode fazer isto que aqui diz. Se não forem, eu frontalmente digo, que no meu entendimento a câmara não pode fazê-lo, porque não pode expropriar para vender com destino a construção urbana! Então se esta é a informação que o senhor presidente dá, nós estamos a partir para uma votação de uma base factual que não pode ser adequada a uma decisão correcta e ponderada. Portanto, o senhor presidente terá de esclarecer isto cabalmente, que isto é um ponto extremamente importante, que tem movimentado uma parte enorme de uma freguesia, designadamente Taboeira. E as pessoas se até agora já se sentem de certa maneira prejudicadas, e sendo ousado, até defraudadas, não vão certamente consentir isto. Se alguma vez a câmara, daqueles terrenos vier a vender algum, que seja para construção urbana, pois terá seguramente logo, e nos termos do código das expropriações, alguém a pedir a reversão. É que vivemos num estado de direito, portanto não pode a câmara permitir-se vir dar este tipo de explicações, para fundamentar um fatia importante, penso eu, porque lhe deu este relevo, para o financiamento duma coisa, que a partir de certa altura, nos foi querida, teve a aprovação desta Assembleia, já aqui foi dito e bem, mas teve a autorização limitada aos seis milhões de contos – era esse o custo. Isto faz-me lembrar os orçamentos empolados, e portanto, nunca a câmara..., portanto, a câmara já defrauda a sua acção quando agora apresenta um plano de doze milhões de contos. E agora ainda está a dizer-nos que vai afectar coisas que são seguidas de uma forma lícita!? É essa a explicação que eu queria. Muito obrigado senhor presidente”.

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

De seguida o Presidente da Mesa, a pedido da bancada do PPD/PSD, interrompeu os trabalhos nos termos regimentais.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto n.º 2 - Empréstimo bancário para financiamento do novo Estádio Municipal (EURO 2004) – aprovação da operação de financiamento, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e um votos a favor (PS19+PP 1+PCP1) e dezassete abstenções (PSD11+PP6).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):

C

“Votei a favor deste empréstimo para o financiamento intercalar das obras da construção do estádio para o Euro 2004, no pressuposto de que ele se destina integralmente aos fins que estão enunciados na sua fundamentação documental, o que foi aqui reafirmado pelo Senhor Presidente da Câmara.

Votei a favor, apesar deste empréstimo representar mais um passo, no sentido do agravamento da situação financeira da Câmara.

Ao votar a favor deste empréstimo, manifesto ao mesmo tempo a disponibilidade do PCP, para apreciar, discutir e votar, uma operação de saneamento financeiro da câmara municipal, que permita regularizar as dívidas do município, possibilitando o pagamento das dívidas aos fornecedores de bens e serviços, bem como o pagamento dos subsídios já atribuídos a instituições do concelho”.

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“Atendendo a que a participação de Aveiro no Euro 2004, é um processo irreversível, e que para tal é necessário honrar os compromissos que a EMA tem vindo a assumir. E atendendo também a que a câmara municipal de Aveiro se encontra descredibilizada junto dos fornecedores, dado as dívidas que ascendem a mais de dezasseis milhões de euros e isto números oficiais, e também atendendo a que o governo socialista que viabilizou a oportunidade de realização do Euro 2004 em Portugal e que no entanto não tem correspondido às expectativas criadas de financiamento às entidades que têm permitido que o Euro 2004 seja uma realidade, sem prejuízo para o normal funcionamento das instituições, a bancada do PSD na Assembleia Municipal, com a sua abstenção viabiliza o pedido de empréstimo de 7,5 milhões de euros. E também estamos disponíveis, para a câmara encontrar uma solução financeira, para se credibilizar junto dos fornecedores”.

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

“Em nome dos elementos da bancada do CDS/PP que se abstiveram, gostaria de dizer que, não fossem as dívidas metódicas colocadas pela nossa bancada, e por outras ainda acentuadas durante o decorrer dos trabalhos, e dado que não consideramos estar esclarecida qualquer uma delas – peso o esforço de resposta do senhor presidente, fosse claro que o financiamento solicitado, não é um financiamento encapotado à tesouraria da câmara municipal de Aveiro, bem debilitada, como ficou provado a saciedade, e teríamos votado a favor. Assim, não o podemos fazer e manifestamos deste modo e com a nossa abstenção, não só a nossa

solidariedade institucional com este projecto do Euro 2004, mas e sobretudo ou acima de tudo, a nossa coerência política”.

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):

“Votámos favoravelmente, por considerarmos ser essa a única atitude coerente com a opção já assumida por todos os órgãos deste município. Sendo a proposta hoje submetida à apreciação condição ”sine qua non”, para a prossecução do projecto, não poderíamos deixar de votar favoravelmente”.

PONTO N.º 3 – REGULAMENTO DE TAXAS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE AVEIRO – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 14/02/2002, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve introdução sobre o assunto em epígrafe.

Concluída a intervenção, o Presidente da Mesa, nos termos da legislação em vigor, colocou à votação da Assembleia a deliberação de prolongar por mais uma reunião esta Sessão Extraordinária, sendo aprovado por unanimidade.

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta reunião da Segunda Sessão Extraordinária realizada em Fevereiro de 2002, convocando a próxima reunião para o dia 26 de Fevereiro de 2002 (terça-feira) pelas 18:00 horas.

Eram 00:30 horas do dia 26 de Fevereiro de 2002.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:15)